

A123014

Arquiteto garante que o PDU não necessita de alterações

O presidente da seccional do Instituto dos Arquitetos do Brasil no Espírito Santo (IAB-ES), André Abe, declarou, ontem, que o Plano Diretor Urbano (PDU), "não precisa sofrer revisão", mas sim ser aprovado do jeito que está, pois, do contrário, estaria sujeito a ser modificado de acordo com os interesses de grupos econômicos vinculados ao governo estadual e municipal. Por sua vez, a coordenadora técnica do Instituto Jones dos Santos Neves, Vera Maria Simone Nascif, disse que vê a necessidade urgente do plano ser rediscutido, porém, considerou que não será preciso efetuar alterações em seu conteúdo técnico mas apenas adaptá-lo à nova filosofia política da administração municipal.

Já o arquiteto Fernando Betarello, que coordenou, há cerca de três anos, os trabalhos de elaboração do PDU, no Instituto Jones dos Santos Neves, disse que "Vitória é, talvez, a única capital do país que não tem um processo de planejamento implantado". Na sua opinião, o município "já passou da hora de ter esse plano", sugerindo que a conclusão dos trabalhos visando sua aprovação "não pode passar de um mês e não tem nem por que demorar mais que isso".

DESCONFIANÇA

"A posição do IAB-ES é de que o PDU seja aprovado do jeito que está", frisou o presidente da entidade, André Abe, salientando que esta atitude deve-se "à situa-

ção atual, pois do jeito que caminham as coisas os grupos econômicos devem levar maior vantagem do que levaram até agora, já que têm maior poder de pressão".

André Abe disse que "apesar do discurso do PMDB, o que tem prevalecido até agora não é a vontade popular e sim daqueles que têm maior poder de articulação dentro do governo". Segundo ele, as incorreções que porventura existam no PDU são previstas no próprio plano, podendo ser corrigidas pelo Conselho Municipal, que deve absorver o maior número de segmentos populares da comunidade".

Fernando Betarello, por outro lado, lembrou que nos trabalhos de elaboração do PDU foi feito um planejamento para a infra-estrutura instalada em Vitória. Mas, de 1979 para cá, a Cesan — segundo relatou — já fez um novo estudo para redistribuição de água na Grande Vitória e alguns desses estudos já foram implantados, como a nova adutora colocada na Beira-Mar para levar água para a Praia do Canto, Jardim Camburi e Jardim da Penha.

Betarello defendeu uma nova avaliação do PDU, na parte referente aos modelos de assentamento de Vitória, a fim de se definir a densidade populacional das diferentes regiões do município. Isso, principalmente, após os modelos de ocupação terem sido modificados no aterro da

Comdusa e na Praia de Santa Helena, alterando não só os critérios de uso do solo quanto ao gabarito dos prédios, situações que não estavam previstas no Plano Diretor Urbano (PDU).

Propôs reuniões dos técnicos da Prefeitura de Vitória, para ser discutido o PDU junto com o Instituto Jones dos Santos Neves. Tudo isso, no entender de Betarello, "não pode demorar mais que um mês, e esse prazo é viável para se mexer na parte técnica do plano".

A coordenadora técnica do Instituto Jones dos Santos Neves, com quem se encontra o PDU a ser encaminhado à Câmara de Vereadores para aprovação, Vera Maria Simone Nascif, disse que está aguardando o assentamento da equipe técnica da prefeitura, a fim de que os entendimentos sejam mantidos com o instituto para definição do plano. "A gente entende que qualquer revisão é algo de autonomia e da competência da prefeitura, ao instituto não cabendo nenhuma iniciativa neste sentido".

Contudo, disse que vê como uma das prioridades mais imediatas o encaminhamento da questão do PDU, já que a cidade de Vitória vem tomando várias configurações por não possuir uma legislação disciplinadora de seu crescimento urbano. Particularmente, disse que não vê necessidade de nenhuma alteração no plano, mas, sim, que seja apenas relido".

ARQUITETO garante que PDU não necessita de alterações

A Gazeta, Vitória, 30 mar. 1983. p. 8. 1. ed.

0.4, 5 e 6.